

Coluna do Castello

Todos de acordo sobre mandato

POR falta de combatentes não deverá haver a batalha pela duração do mandato do presidente José Sarney. Nem o presidente reivindica permanecer no posto pelos seis anos — ao contrário da sua *entourage* ele sabe que, nessa matéria, não ha direito adquirido — nem o deputado Ulysses Guimarães se opõe a referendar a idéia difundida no PMDB, entre líderes e governadores, de que cinco anos é um prazo razoável e inserido na tradição republicana posterior a 1946 para a duração dos mandatos presidenciais, não havendo objeção a que seja esse também o prazo do mandato do atual presidente.

Esse assunto foi esclarecido ontem, num encontro de duas horas entre o presidente da República e o presidente do PMDB, que se reuniram no Palácio da Alvorada, antes de viajar para São Paulo o sr. Ulysses Guimarães. A guerra armada, portanto, nos bastidores do Palácio com respaldo no PFL tende a esgotar-se. O presidente, aliás, jamais pretendeu impor a permanência do mandato de seis anos. Para ele, tanto será aceitável o de seis quanto o de três, o de quatro e o de cinco. Sua reivindicação era ter tempo de cumprir as etapas da transição democrática, o que estará consumado com a votação e promulgação da nova Constituição.

Também há entendimento comum, a ser manifestado na oportunidade de uma conversa do chefe do governo com o presidente da Constituinte, de que a crise principal ou dominante é, no momento, a econômico-financeira. Não se reivindica substituição do ministério, mesmo porque ela somente deverá ocorrer a partir, se for o caso, de uma mudança da equipe econômico-financeira. O ministro Dilson Funaro continua a ter toda a confiança do presidente Sarney, mas não se exclui a hipótese de que, dificultadas por suas concepções as negociações com os credores, novas tentativas sejam feitas segundo outras concepções.

o sr. Dilson Funaro, conforme críticas correntes nos meios especializados, correu mundo sem ter preparado alternativas concretas de negociação. O ministro ter-se-ia limitado a manifestar sua visão política, a que se atribui caráter messiânico, a dirigentes da economia dos grandes países habituados ao trato de questões objetivas e não de especulações de natureza político-doutrinária. O ministro da Fazenda deverá, contudo, esgotar sua possibilidade de convencimento e preparar um projeto interno de estabilização econômica que se torne válido como instrumento de negociação.

Não se considera perdida ou desesperada a situação da economia brasileira, pois há alternativas a propor. O ministro Funaro, que só cairia por acidente de rota ou por rejeição total dos governos com os quais se entreteve, é criticado sobretudo por ter deixado cair no vazio uma experiência que tudo indicava ser vitoriosa, qual seja, a do Plano Cruzado. Ela se teria perdido na sua administração pela superveniência de fatores políticos que retiraram do Plano a cotação técnica que era a da sua índole. Todas as dificuldades posteriores decorreram do erro de administração do Plano, alegando-se que só a circunstância de não ser economista o ministro da Fazenda o levaria a desperdiçar tão importante oportunidade.

Quanto à dramatização social da crise, o governo preparava-se na tarde de ontem para disparar novamente o gatilho salarial, extensivo a todo o funcionalismo federal, medida que seria seguida da evacuação das refinarias de petróleo pelo Exército. A medida estava sendo preparada mediante parecer do consultor-geral da República, acreditando-se ser ela capaz de esvaziar o atual surto reivindicatório que conduz às greves em curso e a outras programadas.

Voltando à hipótese de reforma ministerial, ela parece afastada por enquanto, não só porque ela somente teria significação maior se partisse de uma revisão da política econômica como porque o presidente deseja preservar sua prerrogativa de escolher ministros, notadamente os que, como o chefe do Gabinete Civil, são os executores imediatos das diretrizes do governo. O PFL não será eliminado, sequer minimizado em seu papel, dentro do governo. No entender do presidente José Sarney, não só o governo como o próprio PMDB é interessado em manter a aliança com o PFL, peça fundamental para a articulação de uma candidatura pemedebista à sua sucessão. O PFL aceitaria esse papel, contanto que passasse a melhorar seu intercâmbio com o PMDB.

Só 17% aprovaram moratória

Pesquisas que são do conhecimento da alta direção do PMDB indicam que somente 17% da opinião pública aplaudiu a moratória técnica decretada pelo presidente Sarney. A expectativa era de apoio total, dada a longa pregação da esquerda progressista em favor da medida.

Mário Soares almoçará com o governador

Por insistência do presidente de Portugal, sr. Mário Soares, foi restabelecido no programa da sua visita a Brasília o almoço com o governador da cidade, o qual havia sido cancelado pelo cerimonial do Planalto. O presidente português tem grande apreço pessoal pelo governador José Aparecido.

O governador de Brasília viaja hoje para o Recife, onde representará o presidente na posse do governador de Pernambuco, sr. Miguel Arraes.

Carlos Castello Branco